

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURE SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEL EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM LOTE ÚNICO E
INDIVISÍVEL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA CPFL
GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

Entre

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.,
como Emissora

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS,**
representando o titular da Debênture

e

CPFL ENERGIA S.A.,
na qualidade de interveniente garantidora

28 de abril de 2014



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURE SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEL EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM LOTE ÚNICO E INDIVISÍVEL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações com registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, nº 1755, km 2,5, Parque São Quirino, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 03.953.509/0001-47, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.179.595, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, como agente fiduciário, representando o titular da debênture da 8ª (oitava) emissão de debênture da Emissora,

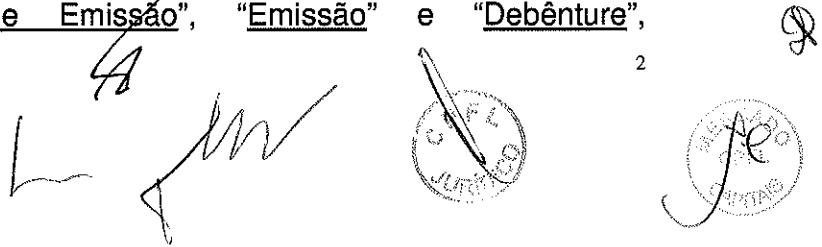
(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4 – sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individualmente, como "Parte";

e, ainda, na qualidade de interveniente garantidora,

(c) **CPFL ENERGIA S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho nº 1.510, 14º andar, conjunto 1.402, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.429.144/0001-93, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Garantidora" ou "CPFL Energia");

vêm por esta firmar, na melhor forma de direito, o presente "Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debênture Simples, Não Conversível em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Lote Único e Indivisível, em Série Única, para Distribuição Pública da CPFL Geração de Energia S.A." ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debênture",

The bottom of the page contains several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures are two circular stamps. The first stamp is from the 'CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.' and the second is from the 'PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS'. There is also a small handwritten mark resembling a stylized 'D' or 'Q' to the right of the stamps.

respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 23 de abril de 2014 ("RCA"), na qual foram deliberadas e aprovadas as condições da Emissão conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

2. REQUISITOS

A 8ª (oitava) emissão de Debênture simples, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em lote único e indivisível, não conversível em ações, para distribuição pública pela Emissora ("Emissão"), e a Oferta (conforme abaixo definido) serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento na Junta Comercial do Estado e São Paulo ("JUCESP") e Publicação da Ata da RCA

2.1.1. A RCA que deliberou a Emissão será arquivada na JUCESP e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) Correio Popular de Campinas, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Registro da Escritura de Emissão

2.2.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão protocolados para registro na JUCESP em até 05 (cinco) dias contados da data da respectiva assinatura da Escritura ou aditamentos, de acordo com o inciso II e o parágrafo 3º do artigo 62º da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser entregues cópias dos protocolos dos respectivos pedidos de registro ao Agente Fiduciário em até 05 (cinco) dias úteis contados da data do efetivo protocolo.

2.2.2. Após a realização dos registros mencionados no item 2.2.1 acima deverá ser entregue ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do respectivo documento registrado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data do efetivo registro.



2.3. Registro para Colocação e Negociação

2.3.1. A Debênture será registrada para distribuição no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP.

2.3.2. A Debênture será registrada para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações da Debênture liquidadas financeiramente e a Debênture custodiada eletronicamente na CETIP.

2.4. Aprovação da Garantia Fidejussória






2.4.1. A prestação da garantia fidejussória pela CPFL Energia, nos termos do item 4.8.9. abaixo, foi deliberada e aprovada na reunião 241ª do Conselho de Administração da CPFL Energia realizada em 23 de abril de 2014, cuja ata será registrada na JUCESP e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) jornal "Valor Econômico", edição nacional.

2.5. Constituição da Garantia Fidejussória

2.5.1. Em função da garantia fidejussória prestada pela Garantidora nos termos do item 2.4.1 e 4.8.9. abaixo, a presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos deverão ser registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes ou domicílio, conforme o caso, do Agente Fiduciário e da Garantidora, na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

2.5.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes do Agente Fiduciário e da Garantidora (Rio de Janeiro e São Paulo), no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.

2.5.3. Caso a Emissora não providencie os registros previstos neste item 2.5., o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover os registros acima previstos, devendo a Emissora arcar com todos os respectivos custos e despesas de tais registros. A eventual realização do registro pelo Agente Fiduciário não descaracterizará o inadimplemento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora, nos termos da presente Escritura de Emissão.

2.6. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.6.1. A Emissão está automaticamente dispensada de registro junto à CVM, em conformidade com o artigo 5º, inciso II, da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), por se tratar de lote único e indivisível de valores mobiliários.

2.7. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.7.1. A Oferta será registrada na ANBIMA apenas para fins de envio de informações à Base de Dados ANBIMA, de acordo com os procedimentos que vierem a ser definidos pela referida entidade, por se tratar de oferta pública de lote único e indivisível de valores mobiliários, nos termos do artigo 1º, §2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

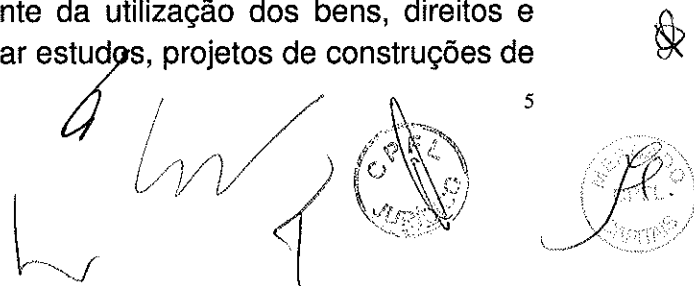
2.8. Portaria do Ministério de Minas e Energia.

2.8.1. O Projeto de Investimento (conforme abaixo definido) foi classificado como prioritário pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria n.º 281, de 22 de agosto de 2013, nos termos da Lei n.º 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, e da Portaria do Ministério de Minas e Energia n.º 177, de 27 de maio de 2013 ("Lei 12.431/2011", e "Portaria do Ministério de Minas e Energia", respectivamente).

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social

3.1.1. A Emissora tem por objeto social (i) a prestação de serviço público de geração de energia elétrica; (ii) a comercialização de energia elétrica; (iii) a participação no capital social de outras sociedades, assim como, de forma individual ou sob a forma de consórcio de empreendimentos que visem à exploração de energia, de tecnologias ou serviços, inclusive (a) em empresas do setor energético ou a ela vinculado que distribuam, comercializem, gerem e operem usinas produtoras e linhas de transmissão de qualquer tipo de energia, podendo promover fusões, incorporações, cisões e outras formas de associação de empresas e (b) em empresas do setor de saneamento ou a ele vinculado, podendo promover fusões, incorporações, cisões e, outras formas de associação de empresas; (iv) a exploração de atividades e a prestação de serviços derivados direta ou indiretamente da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora; (v) realizar estudos, projetos de construções de

The page contains a large handwritten signature in the center. To the right of the signature are two circular stamps. The first stamp is from the 'CPFL' company, with the text 'CPFL' and 'SANTO CARLOS' visible. The second stamp is from the 'MUNICÍPIO DE SANTO CARLOS' and contains the text 'MUNICÍPIO DE SANTO CARLOS' and 'SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO'. There is also a small handwritten mark resembling a stylized 'S' or 'X' in the top right corner.

usinas produtoras e de linhas de transmissão; (vi) intermediar ou operacionalizar negócios no país ou no exterior; e (vii) prestar consultoria e assessoria de negócio, inclusive para importação e exportação de bens e serviços.

3.2. Série

3.2.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Valor Nominal Unitário.

3.4.1. O valor nominal unitário da Debênture, na Data de Emissão, será de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) ("Valor Nominal Unitário").

3.5. Quantidade de Debênture

3.5.1. Será emitida 1 (uma) Debênture.

3.6. Destinação dos Recursos

3.6.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão da Debênture serão utilizados (a) à implementação e desenvolvimento do projeto de investimento denominado Subestação Piracicaba, localizado na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo ("Subestação Piracicaba" e "Projeto de Investimento", respectivamente) e (b) para o pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas a serem incorridos a partir da data de liquidação da Oferta e relacionados ao Projeto de Investimento, nos termos da Lei 12.431/2011.

3.6.2. A Subestação Piracicaba é um projeto de transmissão de energia elétrica a ser explorado pela CPFL Transmissão Piracicaba S.A. ("CPFL Piracicaba"), que corresponde à construção de uma nova fonte de suprimento de energia, por meio do seccionamento da Linha de Transmissão Araraquara e Santa Bárbara D'Oeste. A construção desta nova subestação de 440/138 kV – 800 MVA e a implantação de uma linha de transmissão com aproximadamente 6,5 km, interligará a nova subestação ao ponto de seccionamento da linha existente, resultando na expansão da Rede Básica do SIN – Sistema

Interligado Nacional, na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo. O ato de autorização para a CPFL Piracicaba explorar as atividades da Subestação Piracicaba foi concedido por meio do Contrato de Concessão n.º 003/2013-ANEEL, celebrado em 25 de fevereiro de 2013 ("Poder Concedente" e "Autorização", respectivamente).

3.6.3. Foi considerado prioritário pelo Ministério de Minas e Energia, nos termos da Lei 12.431/2011 e da Portaria do Ministério de Minas e Energia, a utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos da Oferta para os investimentos futuros no Projeto de Investimento, de modo que a Debênture se enquadre ao disposto na Lei 12.431/2011.

3.6.4. A implementação do Projeto de Investimento já está em curso, encontrando-se em fase de construção civis e base, sendo que seu encerramento é estimado para dezembro de 2014.

3.6.5. A totalidade dos recursos financeiros necessários ao Projeto de Investimento é de, aproximadamente, R\$95.800.000,00 (noventa e cinco milhões e oitocentos mil reais). A Emissora estima que a presente emissão de Debênture deve representar aproximadamente 73% (setenta e três por cento) das necessidades de recursos financeiros do Projeto de Investimento.

3.7. Número da Emissão

3.7.1. Esta Escritura de Emissão representa a 8ª (oitava) emissão pública de debênture da Emissora.

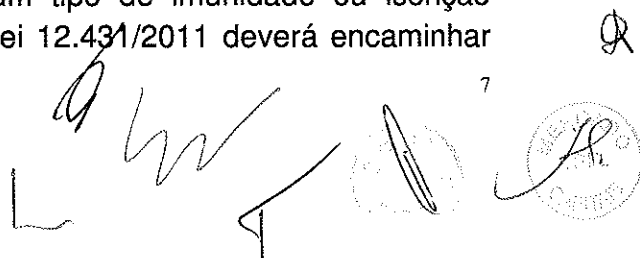
3.8. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.8.1. O Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário").

3.9. Tratamento Tributário da Debênture

3.9.1. A Debênture goza do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431/2011 e, conseqüentemente, também goza do tratamento tributário previsto no artigo 1º da referida Lei.

3.9.2. Caso o Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431/2011 deverá encaminhar

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page. There are several signatures in black ink, some of which are stylized. To the right, there are two circular stamps. The first stamp is a blue ink stamp with the text "BANCO BRADESCO S.A." and "OSASCO - SP" around a central logo. The second stamp is a red ink stamp with the text "BANCO BRADESCO S.A." and "OSASCO - SP" around a central logo. There is also a small handwritten number "7" near the stamps.

ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos à Debênture, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, que será avaliada pelo Escriturador Mandatário e poderá ser julgada apropriada pelo Escriturador Mandatário, sob pena de ter descontados dos rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

4.1 **Colocação e Procedimento de Distribuição.**

4.1.1. A Debênture será objeto de distribuição pública, em lote único e indivisível, sob o regime de garantia firme de colocação, com a intermediação do Banco J. Safra S.A. ("Safra" ou "Coordenador Líder"), conforme disposto no "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debênture Simples, Não Conversível em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Lote Único e Indivisível, em Série Única, para Distribuição Pública, da 8ª Emissão da CPFL Geração de Energia S.A.", celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"), para colocação no mercado primário exclusivamente junto a investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Debenturista").

4.1.2. A Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

4.1.3. A colocação da Debênture será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o descrito nesta Cláusula 4.

4.1.4. Não obstante o descrito na Cláusula 4.1.3. acima, o Debenturista firmará declaração da qual deverá constar, obrigatoriamente, que: (i) tem conhecimento e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar os riscos e o conteúdo da Oferta e que é capaz de assumir tais riscos; (ii) teve amplo acesso às informações que julgou necessárias e suficientes para a decisão de investimento na Debênture; e (iii) tem conhecimento de que a Oferta possui dispensa de requisitos, tais como publicação de anúncios e elaboração de prospecto da Oferta.

4.1.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará plano de distribuição, tendo como público alvo

exclusivamente o Debenturista, conforme estabelecido no Contrato de Distribuição.

4.1.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para a Debênture. Não será firmado contrato de estabilização de preço da Debênture no mercado secundário.

4.2 Data de Emissão da Debênture

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão da Debênture será 28 de abril de 2014 ("Data de Emissão").

4.3 Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade da Debênture.

4.3.1. A Debênture será da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautela ou certificados, não conversível em ações de emissão da Emissora.

4.3.2. Para todos os fins e efeitos, a titularidade da Debênture será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração da Debênture, o Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade da Debênture o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando a Debênture estiver custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.4 Espécie

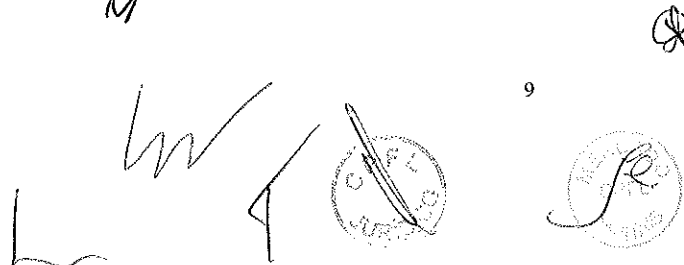
4.4.1. A Debênture será da espécie quirografária e contará com garantia adicional na forma de fiança, conforme descrita no item 4.8.9. abaixo.

4.5 Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.5.1. A Debênture será subscrita e integralizada, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da respectiva Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, calculada conforme item 4.8., utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento ("Preço de Subscrição").

4.5.2. A Debênture será integralizada, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

9

The bottom of the page features a handwritten signature in the center. To the right of the signature are two circular stamps. The first stamp is from CETIP (Central de Custódia e Transferência de Instrumentos Financeiros) and contains the text 'CETIP' and 'INSTRUMENTO FINANCEIRO'. The second stamp is from the Banco do Brasil and contains the text 'BANCO DO BRASIL' and 'SAC'. There is also a small handwritten mark in the top right corner.

4.6 Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.6.1. A Debênture terá prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de abril de 2019 ("Data de Vencimento").

4.7 Amortização

4.7.1. A amortização será realizada em parcela única na Data de Vencimento.

4.8 Remuneração

4.8.1. *Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário.*

4.8.1.1. O Valor Nominal Unitário da Debênture será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("Atualização Monetária"), calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis (qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional, "Dia Útil") sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário da Debênture ("Valor Nominal Unitário Atualizado da Debênture"), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

- VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado da Debênture, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e
- C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

- n = número total de índices considerados na atualização monetária, sendo "n" um número inteiro;
- NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;
- NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";
- Dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou última data de aniversário da Debênture, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice de preço, sendo "dup" um número inteiro; e
- Dut = número de Dias Úteis contidos entre a Data de Emissão ou data de aniversário imediatamente anterior e a próxima data de aniversário da Debênture, sendo "dut" um número inteiro.

Sendo que:

- (i) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.
- (ii) O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;
- (iii) Considera-se data de aniversário o dia 28 (vinte e oito) de cada mês ou o primeiro Dia Útil imediatamente subsequente caso o dia 28 (vinte e oito) não seja Dia Útil;
- (iv) Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas do ativo em questão;

- (v) Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (vi) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento; e
- (vii) Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o *pro rata* do último Dia Útil anterior.

4.8.1.2. Caso, se até a data de aniversário da Debênture, o NI_k não tenha sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NI_k na apuração do Fator "C" um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA ("Número-Índice Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

onde:

NI_{kp} : Número-Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento; e

Projeção: variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

(i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e o Debenturista quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

(ii) o número-índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

4.8.1.3. *Indisponibilidade do IPCA*. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturista (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e observada as restrições legais aplicáveis para necessárias para manutenção do tratamento tributário da Debênture nos termos do item 3.9 acima ("Taxa Substitutiva"). A assembleia geral de Debenturista será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias relativas à Debênture prevista nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e

Debenturista quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para a Debênture.

4.8.1.3.1. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da assembleia geral de Debenturista, a referida assembleia geral de Debenturista não será mais realizada, e o IPCA a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Atualização Monetária.

4.8.1.3.2. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e o Debenturista, a Emissora optará por uma das alternativas a seguir estabelecidas, devendo a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturista, qual a alternativa escolhida entre:

- (i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a Debênture, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturista, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado da Debênture, acrescido da Remuneração da Debênture (conforme definida abaixo) devido até a data do efetivo resgate, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração da Debênture (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente; ou
- (ii) apresentar cronograma de amortização da Debênture não excedendo a Data de Vencimento. Durante o prazo de amortização da Debênture pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração da Debênture (conforme abaixo definido) continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral da Debênture será utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) precisam ser necessariamente aprovados em assembleia geral de Debenturista, na forma Cláusula 7 abaixo. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

4.8.1.3.3. Caso não seja legalmente permitido à Emissora realizar o resgate antecipado da Debênture em circulação, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive em virtude da não regulamentação pelo

CMN da possibilidade de resgate prevista no inciso II, do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 12.431, quando do cálculo da Atualização Monetária, será utilizado o percentual correspondente ao último IPCA divulgado oficialmente até que o resgate antecipado passe a ser legalmente permitido.

4.8.1.3.4. A Garantidora desde já concorda com o disposto no item 4.8.1.3. acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), mantendo-se a Fiança (conforme abaixo definida) válida e em pleno vigor. A Garantidora desde já concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer instrumentos necessários à efetivação do disposto nesta Cláusula.

4.8.2. Remuneração da Debênture

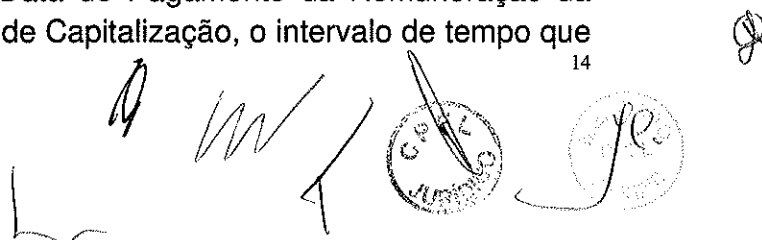
4.8.2.1. A Debênture fará jus, a partir da Data de Emissão, a uma remuneração correspondente a uma taxa percentual a ser definida com base na média aritmética das taxas internas de retorno das Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B), com vencimento em 2018, a ser apurada 2 (dois) dias úteis anteriores à data de liquidação da Debênture, conforme taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na Internet (<http://www.anbima.com.br>), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Vencimento, conforme definido na fórmula abaixo ("Remuneração"). A taxa percentual que remunerará a Debênture, definida nos termos acima descritos, será ratificada por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, ficando desde já a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento.

4.8.2.1.1. O cálculo da Remuneração da Debênture obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde,

J = valor unitário da Remuneração da Debênture (conforme abaixo definido) devido no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento. "Período de Capitalização" significa, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração da Debênture para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que

Handwritten signatures and circular stamps at the bottom of the page. There are two circular stamps, one on the left and one on the right, both containing text that is partially obscured by the signatures. The signatures are in black ink and appear to be of different individuals.

se inicia na Data de Pagamento imediatamente anterior da Remuneração da Debênture e termina na Data de Pagamento da Remuneração da Debênture, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento da Debênture;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado da Debênture, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

taxa = taxa de juros fixa a ser apurada 2 (dois) Dias Úteis anteriores à data de liquidação da Debênture, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração da Debênture imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.8.3. Pagamento da Remuneração

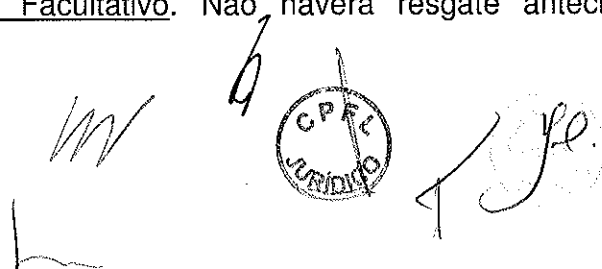
4.8.3.1. A Remuneração será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 28 de abril de 2015 e o último pagamento ocorrerá na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer o vencimento antecipado da Debênture) ("Data de Pagamento da Remuneração da Debênture"). Fará jus à Remuneração da Debênture aquele que for titular da Debênture ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

4.8.4. Repactuação

4.8.4.1. Não haverá repactuação programada.

4.8.5. Resgate Antecipado

4.8.5.1. Resgate Antecipado Facultativo. Não haverá resgate antecipado





facultativo.

4.8.5.2. Resgate Antecipado Obrigatório. Não haverá resgate antecipado obrigatório. Contudo, a Debênture poderá ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade do IPCA/IBGE, nos termos da Cláusula 4.8.1.3.2 acima, ressalvado o disposto na Cláusula 4.8.1.3.3.

4.8.6. *Vencimento Antecipado*

4.8.6.1. Observado o disposto nos itens 4.8.6.2 a 4.8.6.4 abaixo, a Debênture e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado da Debênture, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, a partir de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) vencimento antecipado ou inadimplemento, pela Garantidora ou por qualquer de suas subsidiárias, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões reais), sendo este valor atualizado mensalmente, pelo Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, ressalvada a hipótese da Emissora, Garantidora e/ou qualquer de suas subsidiárias, conforme o caso, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado;
- (b) alteração do atual controle da Garantidora e/ou da Emissora sem prévia aprovação do Debenturista, excetuada a hipótese de alteração do controle da Emissora desde que, após a conclusão da referida operação, ao menos um dos seguintes acionistas: Camargo Corrêa S.A. ou Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, permaneça, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Emissora;
- (c) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Garantidora e/ou da Emissora, exceto se após a conclusão da referida operação ao menos um dos seguintes

acionistas: Camargo Corrêa S.A. ou Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ permaneça, direta ou indiretamente, no bloco de controle Garantidora e/ou da Emissora;

- (d) realização de redução de capital social da Garantidora e/ou da Emissora, após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, sem que haja anuência prévia do Debenturista, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) proposta pela Garantidora ou por quaisquer de suas subsidiárias, a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; requerimento pela Garantidora ou por quaisquer de suas subsidiárias, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou, ainda, pedido de autofalência pela Emissora;
- (f) protesto legítimo de títulos contra a Garantidora ou suas subsidiárias, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente, pelo IGP-M, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora, suas subsidiárias que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado, ou (iii) foram prestadas garantias em juízo;
- (g) falta de cumprimento pela Garantidora e/ou pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento, pela Garantidora e/ou pela Emissora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (h) pedido de falência formulado por terceiros em face da Garantidora e/ou suas subsidiárias e não devidamente elidido no prazo de 30 (trinta) dias corridos;
- (i) não pagamento pela Garantidora e/ou pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas ao Debenturista nas datas previstas nesta Escritura de Emissão;
- (j) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora

caso a Emissora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão;

(k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente, ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento;

(l) não observância pela Garantidora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude da Debênture, ao final de 2 (dois) semestres consecutivos, dos seguintes índices e limites financeiros, os quais serão verificados pelo Agente Fiduciário com base em demonstrativo elaborado pela Garantidora ao final de cada semestre do ano civil, referente aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do cálculo, devendo tal demonstrativo ser entregue ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) dias após a divulgação à CVM das demonstrações financeiras da Garantidora relativas ao respectivo semestre ("Índices Financeiros"):

(i) relação entre a Dívida Líquida verificada ao final de cada semestre do ano civil e o EBITDA dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao final de cada semestre do ano civil menor ou igual a 3,75 vezes. Para os fins deste item (i), considera-se como "Dívida Líquida" a soma dos valores relativos a (1) empréstimos e financiamentos; (2) saldo líquido de operações swaps, futuros e opções relacionadas a taxas de juros e de câmbio; e (3) dívidas resultantes de quaisquer emissões ainda em circulação de debêntures, notas promissórias comerciais e/ou *bonds* ou *notes* da Garantidora no Brasil ou no exterior, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras, estando excluída deste cálculo a dívida com a Funesp e considera-se como "EBITDA" (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*), (1) o lucro antes de juros, tributos, amortização e depreciação, ajustados com os ativos e passivos de CVA – Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" – Sobrecontratação e Neutralidade dos Encargos Setoriais, divulgados em Nota explicativa das demonstrações financeiras (mas não nas informações financeiras trimestrais), calculados conforme regulamentação do setor, no período de 12 (doze) meses

anteriores ao final de cada semestre do ano civil, e (2) em caso de aquisição(ões) será(ão) considerado(s) para fins de cálculo do EBITDA, de acordo com a definição do item (i) acima, o(s) EBITDA(s) gerado(s) no período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao final de cada semestre do ano civil pela(s) empresa(s) adquirida(s) ("EBITDA Histórico")"; e

(ii) relação entre EBITDA e Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25 vezes. Para os fins deste item (ii), considera-se como "Resultado Financeiro", a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada semestre, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo não será considerado para cálculo. Estão excluídos destes cálculos os juros efetivamente desembolsados e/ou provisionados por conta de confissão de dívida junto à Funcesp, bem como as variações cambiais e monetárias sobre as dívidas e caixa e, por fim, as despesas oriundas de provisões que não tiveram impacto no fluxo de caixa, mas apenas registro contábil. Para fins do cálculo a que se referem os itens (i) e (ii) acima, a Garantidora deverá (a) consolidar, em seus números, os resultados e os itens do balanço patrimonial de todas as sociedades em que detenha participação acionária igual ou superior a 10% (dez por cento), de forma proporcional à participação por ela detida no capital das referidas sociedades, independentemente da forma de apresentação das demonstrações financeiras do respectivo semestre da Garantidora à CVM; (b) apresentar relatório contendo memória de cálculo dos Índices Financeiros, baseado no números auditados ou objeto de revisão por empresa de auditoria independente registrada na CVM, até a liquidação de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão; (c) Os Índices Financeiros serão calculados a partir de 30 de junho de 2015; e

(m) transformação da Emissora em sociedade limitada.

The bottom of the page contains several handwritten signatures and two circular stamps. One stamp is partially legible and appears to contain the word 'CVM'. There is also a small handwritten mark resembling a 'Q' on the far right.

4.8.6.2. As referências a “controle” encontradas nesta Cláusula 4.8.6 deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

4.8.6.3. Os eventos a que se referem os subitens (f), (g), (h), (i) e (k) acima somente serão considerados eventos de vencimento antecipado para os fins desta Escritura de Emissão, ensejando a adoção dos procedimentos descritos nos itens abaixo, após o final do prazo de 30 (trinta) dias corridos ou, especificamente para o item (i), o prazo de 2 (dois) dias corridos.

4.8.6.4. Para os fins desta Escritura de Emissão, “Data de Vencimento Antecipado” será qualquer uma das seguintes datas: (i) ocorrendo qualquer dos eventos previstos nas alíneas (a), (c), (e), (h), (i), (k) e/ou (m) do item 4.8.6.1 acima, a data de vencimento antecipado da Debênture será a data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do fato e imediatamente declarar o vencimento antecipado da Debênture, por meio de notificação enviada à Emissora e à Garantidora, nos termos da Cláusula 9 abaixo; e (ii) ocorrendo os eventos previstos nas alíneas (b), (d), (f), (g), (j), e/ou (l) do item 4.8.6.1 acima, a data de vencimento antecipado da Debênture será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturista, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado da Debênture.

4.8.6.5. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c), (e), (h), (i), (k) e/ou (m) acima acarretará o vencimento antecipado automático da Debênture, independentemente de qualquer consulta ao Debenturista. Na ocorrência dos demais eventos previstos no item 4.8.6.1 acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturista, para deliberar sobre o eventual Vencimento Antecipado da Debênture. A Assembleia Geral de Debenturista a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que, na hipótese de segunda convocação o edital deverá ser publicado no primeiro dia útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da Assembleia Geral de Debenturista nos termos da primeira convocação.

4.8.6.6. Na Assembleia Geral de Debenturista mencionada no item 4.8.6.5. acima, que será instalada de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula 7 desta Escritura de Emissão, o Debenturista poderá optar por não declarar antecipadamente vencidas a Debênture.

4.8.6.7. A não instalação da referida Assembleia Geral de Debenturista por falta de *quórum* será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção do Debenturista em declarar antecipadamente vencida a Debênture.

4.8.6.8. Em caso de declaração do vencimento antecipado da Debênture, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado da Debênture, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a Data de Vencimento Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário ou pelo Debenturista à Emissora por meio de carta protocolizada ou encaminhada com aviso de recebimento no endereço constante da Cláusula 9 desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.8.7. abaixo.

4.8.6.9. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata o item 4.8.6.8. acima, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

4.8.7. *Multa e Juros Moratórios*

4.8.7.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora de qualquer quantia devida ao Debenturista, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora e/ou pela Garantidora, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

4.8.8. *Atraso no Recebimento dos Pagamentos*

4.8.8.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.8.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração da Debênture e/ou encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a

referida data.

4.8.9. Fiança da Garantidora

4.8.9.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias da Debênture, a Garantidora presta fiança em favor do Debenturista ("Fiança"), representado pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir.

4.8.9.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pela Debênture, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

4.8.9.3. O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos ao Debenturista a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, fora do ambiente da CETIP.

4.8.9.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigo 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil").

4.8.9.4.1. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Garantidora com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante o Debenturista.

4.8.9.5. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos do Debenturista caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item 4.8.9.

4.8.9.6. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

4.8.9.7. A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.8.9.8. A presente Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.8.10. *Forma e Local de Pagamento*

4.8.10.1. Os pagamentos a que fizerem jus a Debênture serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. Caso a Debênture não esteja custodiada junto à CETIP, os seus pagamentos serão realizados pelo Escriturador Mandatário ou na sede da Emissora, se for o caso.

4.8.11. *Prorrogação dos Prazos*

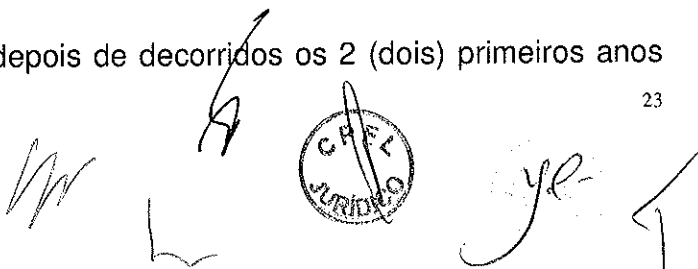
4.8.11.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista e decorrente desta Escritura de Emissão, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Para fins desta Escritura de Emissão será considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.8.12. *Publicidade*

4.8.12.1. Os atos societários da Emissora serão publicados nos jornais usualmente utilizados pela Emissora, quais sejam: o (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) Correio Popular de Campinas sendo certo que caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo de publicação. Ademais, todos os eventos que tiverem relação com a Emissão ou envolvam interesses do Debenturista exceto atos societários, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de carta dirigida ao Debenturista, bem como divulgada na página da Emissora na rede internacional de computadores – internet (<http://www.cpfl.com.br>) e no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br>).

4.8.13. *Aquisição Facultativa*

4.8.13.1. A Emissora poderá, depois de decorridos os 2 (dois) primeiros anos

The page contains several handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is circular with the text "CHFL" at the top and "JURIDICO" at the bottom. There are also some handwritten marks, including a large "A" and a checkmark-like symbol.

contados a partir da Data de Emissão, adquirir a Debênture em circulação, nos termos do Artigo 1º, §1º da Lei 12.431/2011.

4.8.13.2. Observado o disposto acima, a Emissora poderá adquirir a Debênture em circulação, desde que observados os termos no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável editada pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, na medida em que a aquisição seja por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso.

4.8.13.3. A Debênture adquirida pela Emissora poderá, a critério da Emissora, ser cancelada, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocada no mercado.

5. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

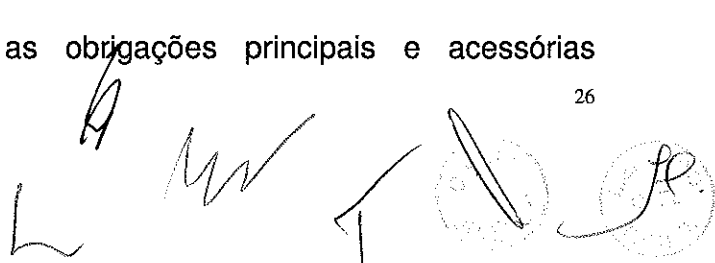
5.1 **A Emissora está adicionalmente obrigada a:**

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores ou na página da CVM na rede mundial de computadores:
- (i) no prazo de até 1 (um) Dia Útil após o que ocorrer primeiro entre o 90º (nonagésimo) dia contado do término de cada exercício social e a data da efetiva divulgação, (a) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, e (b) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Garantidora relativos aos últimos 12 (doze) meses, acompanhado de relatório com memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final dos Índices Financeiros, devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, e de declaração assinada, por representante legal com poderes para tanto, atestando (i) que permanecem validas as disposições, declarações e obrigações contidas nesta Escritura de Emissão; (ii) não ocorrência de qualquer hipótese de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante o Debenturista; e (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e à

Garantidora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (ii) (a) no prazo de até 1 (um) Dia Útil após o que ocorrer primeiro entre 45 (quarenta e cinco) dias corridos (ou, a partir, inclusive, de 01 de janeiro de 2015, 30 (trinta) dias) contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Garantidora relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, e (b) exclusivamente para o segundo trimestre, balanços consolidados da Garantidora relativos aos últimos 12 (doze) meses, acompanhado de relatório com memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final dos Índices Financeiros, devidamente revisados conforme o caso pelos auditores independentes contratados pela Emissora, atestando a sua veracidade, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, ressalvado que o Agente Fiduciário poderá solicitar à Emissora e à Garantidora esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (iii) no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, qualquer informação relevante que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário com relação a si ou a Garantidora ou, ainda, de interesse do Debenturista;
- (iv) confirmar, quando solicitado, ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, valendo a mesma obrigação com relação à Garantidora; e
- (v) avisos ao Debenturista, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora e da Garantidora, conforme aplicável, que, de alguma forma, envolvam interesse do Debenturista, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no terceiro dia útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

- (b) manter sempre atualizado, às suas expensas, o seu registro de companhia aberta na CVM, incluindo, mas não se limitando, ao formulário de referência da Emissora, na forma da Instrução CVM 480 ("Formulário de Referência"), e disponibilizar aos seus acionistas e ao Debenturista, pelo menos semestralmente, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) atender de forma eficiente às solicitações do Debenturista;
- (d) convocar, nos termos da Cláusula 7 abaixo, Assembleia Geral de Debenturista para deliberar sobre qualquer matéria que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (e) informar o Agente Fiduciário em até 1(um) dia útil sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.8.6. desta Escritura de Emissão;
- (f) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (g) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (h) comunicar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, principais e acessórias, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (i) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante o Debenturista;
- (j) cumprir todas as obrigações principais e acessórias

The bottom of the page features several handwritten signatures and two circular stamps. The signatures are in black ink and appear to be initials or full names. The stamps are circular, with one containing a signature and the other containing the letters 'FP'. There is also a small handwritten mark resembling a stylized 'R' or 'Q' in the top right corner of the signature area.

assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;

(k) manter contratado durante o prazo de vigência da Debênture, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação no mercado secundário por meio do CETIP21;

(l) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;

(m) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses do Debenturista ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão;

(n) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;

(o) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;

(p) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;

(q) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, incluindo mas não se limitando à Lei das Sociedades por Ações;

(r) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, nos termos da Instrução da CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002, encaminhando-o ao Agente Fiduciário no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis

(s) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;

- (t) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência da Debênture e desde que haja Debênture em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (u) prestar informações ao Debenturista e ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da respectiva solicitação, sobre qualquer autuação realizada por autoridades governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa de concorrência, entre outras, em relação à Emissora e/ou à Garantidora;
- (v) cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (w) não violar qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relacionado à prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública e/ou à entidade privada, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013 e demais legislações internacionais aplicáveis, pela Emissora;
- (x) notificar, em até 3 (três) dias úteis, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturista;
- (y) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturista, sempre que solicitada;
- (z) notificar em até 3 (três) dias úteis o Debenturista e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes;

(aa) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;

(bb) utilizar os recursos oriundos da Emissão exclusivamente conforme descrito no Anexo I a esta Escritura de Emissão e de acordo com os termos e condições determinados pelo Ministério de Minas e Energia quando do enquadramento do Projeto de Investimento como prioritário nos termos da Lei nº 12.431/11 e da Portaria do Ministério de Minas e Energia;

(cc) emendar seus melhores esforços e praticar todos os atos necessários para manutenção do enquadramento da Emissão nos termos da Lei. 12.431/2011, de acordo os termos da regulamentação do Ministério de Minas e Energia;

(dd) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Oferta;

(ee) cumprir plenamente com as disposições do artigo 48 da Instrução CVM 400.

5.2 A Garantidora está adicionalmente obrigada a:

(a) no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da data de ciência, prestar informações a respeito da ocorrência de qualquer hipótese de Vencimento Antecipado;

(b) no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da data de recebimento, enviar cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, que tenha recebido relacionada a um Vencimento Antecipado;

(c) no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da data de ciência,

Handwritten signatures and circular stamps are present at the bottom of the page. There are several illegible signatures in black ink. Two circular stamps are visible: one on the left with the text 'CVM' and '2011' partially visible, and another on the right with the text 'P.R.' and '2011' partially visible. There is also a small handwritten mark resembling a stylized 'X' or 'J' on the far right.

prestar informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Garantidora não mais reflitam sua real condição econômica e financeira;

(d) no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, prestar informações e/ou disponibilizar documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário;

(e) manter atualizado seu registro de companhia aberta perante a CVM;

(f) cumprir, e fazer com que a Emissora cumpra as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais ao exercício de suas atividades;

(g) manter, e fazer com que a Emissora mantenha, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, necessárias ao regular exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;

(h) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão, e do Contrato de Distribuição da Debênture e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e lá previstas;

(i) efetuar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre a Debênture que sejam de responsabilidade da Garantidora;

(j) comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturista, sempre que solicitada; e

(k) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, cumprir com todas as obrigações de companhia aberta previstas na Instrução CVM 480.

5.3 As despesas a que se refere o item 5.1 (m) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 30 (trinta) dias corridos;
- (c) *conference calls* e contatos telefônicos;
- (d) despesas de viagem, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário;
- (e) despesas com especialistas, tais como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado da Debênture; e
- (f) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses do Debenturista.

5.3.1. No caso de inadimplemento da Emissora e ou Garantidora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses do Debenturista deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelo Debenturista e posteriormente ressarcidas pela Emissora e/ou pela Garantidora, mediante a apresentação da respectiva cópia da nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelo Debenturista incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais em ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante do Debenturista. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelo Debenturista, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora e/ou pela Garantidora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia do Debenturista para cobertura do risco de sucumbência.

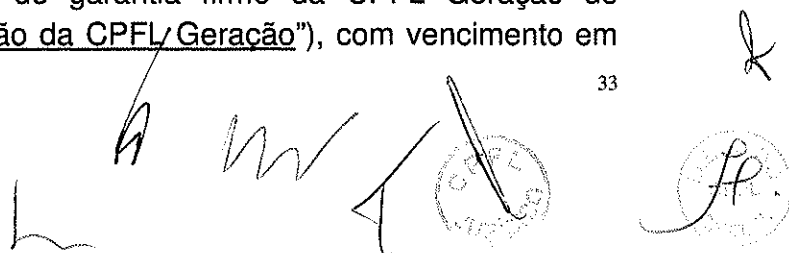
6. AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1 A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses do Debenturista.

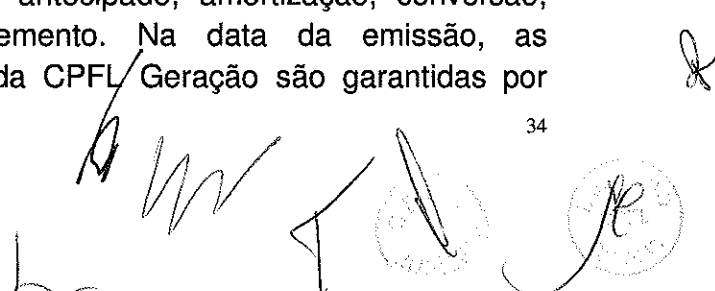
6.2 O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora e/ou com a Garantidora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;

- (j) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (k) verificará, na forma prevista no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição da garantia descrita no item 4.8.9., bem como sua suficiência e exequibilidade, com base nas Demonstrações Financeiras de 2013 da Garantidora;
- (l) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro; e
- (m) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da CPFL Comercialização Brasil S.A. ("2ª Emissão da CPFL Comercialização"), com vencimento em 01 de junho de 2018, em que foram emitidas 13.200 (treze mil e duzentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$1.320.000.000,00 (um bilhão e trezentos e vinte milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da CPFL Comercialização são garantidas por garantia fidejussória da CPFL Energia, conforme previsão na escritura de emissão; (ii) 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da CPFL Energia S.A. ("4ª Emissão da CPFL Energia"), com vencimento em 23 de maio de 2015, em que foram emitidas 129.000 (cento e vinte e nove mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$1.290.000.000,00 (um bilhão, duzentos e noventa milhões de reais) Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento; (iii) 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da CPFL Geração de Energia S.A. ("4ª Emissão da CPFL Geração"), com vencimento em



01 de junho de 2018, em que foram emitidas 6.800 (seis mil e oitocentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$680.000.000,00 (seiscentos e oitenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 4ª Emissão da CPFL Geração são garantidas por garantia fidejussória da CPFL Energia, conforme previsão na escritura de emissão; (iv) 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da CPFL Geração de Energia S.A. ("5ª Emissão da CPFL Geração"), com vencimento em 01 de junho de 2018, em que foram emitidas 10.920 (dez mil novecentos e vinte) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$1.092.000.000,00 (um bilhão e noventa e dois milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 5ª Emissão da CPFL Geração são garantidas por garantia fidejussória da CPFL Energia, conforme previsão na escritura de emissão; (v) 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da CPFL Geração de Energia S.A. ("6ª Emissão da CPFL Geração"), com vencimento em 21 de agosto de 2020, em que foram emitidas 46.000 (quarenta e seis mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$460.000.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 6ª Emissão da CPFL Geração são garantidas por garantia fidejussória da CPFL Energia, conforme previsão na escritura de emissão; (vi) 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da CPFL Geração de Energia S.A. ("7ª Emissão da CPFL Geração"), com vencimento em 25 de abril de 2019, em que foram emitidas 63.500 (sessenta e três mil e quinhentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$635.000.000,00 (seiscentos e trinta e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 7ª Emissão da CPFL Geração são garantidas por

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures, there are two circular stamps. The first stamp is partially obscured by a signature and contains some illegible text. The second stamp is a circular official seal, likely from a company or government entity, with a signature written over it.

garantia fidejussória da CPFL Energia, conforme previsão na escritura de emissão; (vii) 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da Companhia Paulista de Força e Luz ("6ª Emissão da CPFL Paulista"), com vencimento em 03 de julho de 2019, em que foram emitidas 660 (seiscentas e sessenta) debêntures, na data de emissão no valor de R\$660.000.000,00 (seiscentos e sessenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 6ª Emissão da CPFL Paulista são garantidas por garantia fidejussória da CPFL Energia, conforme previsão na escritura de emissão; (viii) 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da Companhia Paulista de Força e Luz ("7ª Emissão da CPFL Paulista"), com vencimento em 05 de fevereiro de 2021, em que foram emitidas 50.500 (cinquenta mil e quinhentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$505.000.000,00 (quinhentos e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 7ª Emissão da CPFL Paulista são garantidas por garantia fidejussória da CPFL Energia, conforme previsão na escritura de emissão (ix) 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da Companhia Piratininga de Força e Luz ("6ª Emissão da CPFL Piratininga"), com vencimento em 03 de julho de 2019, em que foram emitidas 110 (cento e dez) debêntures, na data de emissão no valor de R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 6ª Emissão da CPFL Piratininga são garantidas por garantia fidejussória da CPFL Energia, conforme previsão na escritura de emissão; (x) 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da Companhia Piratininga de Força e Luz ("7ª Emissão da CPFL Piratininga"), com vencimento em 05 de fevereiro de 2021, em

que foram emitidas 23.500 (vinte e três mil e quinhentas) debêntures, na data de emissão no valor de R\$235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 7ª Emissão da CPFL Piratininga são garantidas por garantia fidejussória da CPFL Energia, conforme previsão na escritura de emissão; (xi) 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da Rio Grande Energia S.A. ("6ª Emissão da RGE"), com vencimento em 03 de julho de 2019, em que foram emitidas 500 (quinhentas) debêntures, na data de emissão no valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 6ª Emissão da RGE são garantidas por garantia fidejussória da CPFL Energia, conforme previsão na escritura de emissão; (xii) 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da Rio Grande Energia S.A. ("7ª Emissão da RGE"), com vencimento em 05 de fevereiro de 2021, em que foram emitidas 17.000 (dezesete mil) debêntures, na data de emissão no valor de R\$170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 7ª Emissão da RGE são garantidas por garantia fidejussória da CPFL Energia, conforme previsão na escritura de emissão; (xiii) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da Companhia Luz e Força Santa Cruz ("1ª Emissão da Santa Cruz"), com vencimento em 09 de junho de 2018, em que foram emitidas 650 (seiscentas e cinquenta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Santa Cruz são garantidas por garantia fidejussória da CPFL Energia, conforme previsão na escritura de emissão; (xiv) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em

ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme da PCH Holding S.A. ("1ª Emissão da PCH Holding"), com vencimento em 20 de junho de 2023, em que foram emitidas 1.581 (uma mil, quinhentas e oitenta e uma) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$158.192.994,42 (cento e cinquenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da PCH Holding são garantidas por garantia fidejussória da CPFL Energias Renováveis S.A., conforme previsão na escritura de emissão; (xv) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da CPFL Energias Renováveis S.A. ("1ª Emissão da Renováveis"), com vencimento em 21 de maio de 2022, em que foram emitidas 43.000 (quarenta e três mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$430.000.000,00 (quatrocentas e trinta milhões, de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Renováveis são garantidas por cessão fiduciária da totalidade (100%) dos dividendos a serem declarados pela PCH Holding em conjunto com as subsidiárias desta última, de cessão fiduciária da totalidade (100%) dos dividendos a serem declarados pela BVP S.A. e cessão fiduciária de conta(s) corrente(s) vinculada(s) pela(s) qual(is) deverão circular a totalidade de dividendos pagos pela PCH Holding e pela BVP S.A., conforme previsão na escritura de emissão; e (xvi) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da CPFL Energias Renováveis S.A. ("2ª Emissão da Renováveis"), com vencimento em 28 de março de 2021, em que foram emitidas 300.000 (trezentas mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento.

6.3 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição ou, caso ainda restem obrigações inadimplidas da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão

após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas.

6.4 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o montante anual bruto de R\$3.700,00 (três mil e setecentos reais) ("Remuneração do Agente Fiduciário").

6.4.1. O montante líquido, após as retenções tributárias aplicáveis, da Remuneração do Agente Fiduciário será pago anualmente, sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão, e as seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

6.4.2. As parcelas citadas no item 6.4.1. acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

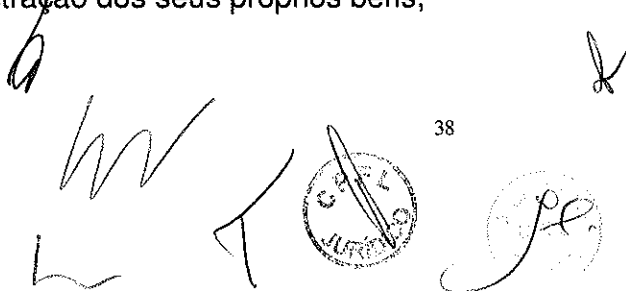
6.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.4. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final da Debênture, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.5. O pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

6.5 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

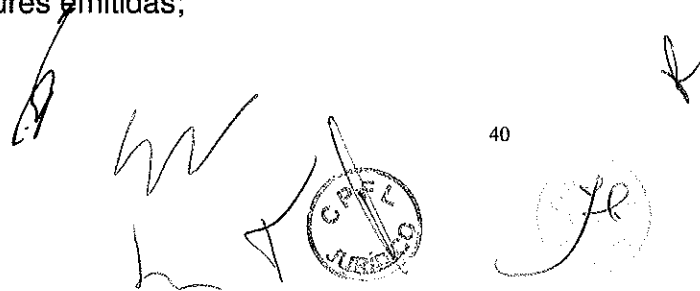
- (a) proteger os direitos e interesses do Debenturista, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

The bottom of the page features several handwritten signatures and two circular stamps. One stamp is clearly legible and contains the text "CVM" and "MERCADO". The page number "38" is printed to the right of the stamps.

- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro (i) desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando o Debenturista acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e/ou da Garantidora, bem como das demais comarcas em que a Emissora e/ou da Garantidora exerçam suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora ou da Garantidora, conforme o caso, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora ou na Garantidora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturista, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, às expensas desta;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturista a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios anuais destinados ao Debenturista, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por

Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

- a. eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- b. alterações estatutárias ocorridas no período;
- c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- d. posição da distribuição ou colocação da Debênture no mercado;
- e. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros da Debênture realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debênture efetuadas pela Emissora;
- f. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão da Debênture, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- g. relação dos bens e valores entregues à administração do Agente Fiduciário;
- h. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora e/ou pela Garantidora nesta Escritura de Emissão;
- i. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - i. denominação da companhia ofertante;
 - ii. valor da emissão;
 - iii. quantidade de debêntures emitidas;
 - iv. espécie;



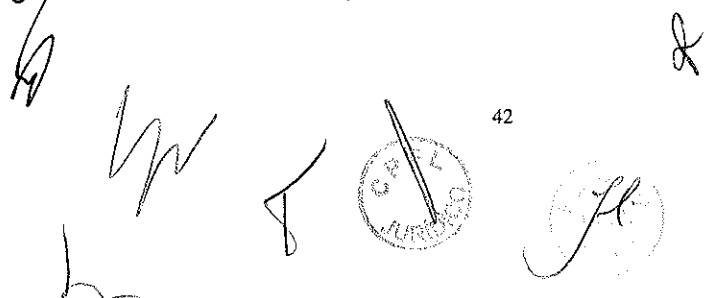
Handwritten signatures and stamps are present at the bottom of the page. There are several cursive signatures in black ink. A circular stamp is visible, containing the text 'CPEL' and 'JURADO'. Another circular stamp is partially visible on the right side, containing the text 'JURADO'.

- v. prazo de vencimento das debêntures;
 - vi. tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - vii. eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- (l) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (m) divulgar as informações referidas na alínea "i" do item (i) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (n) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior ao Debenturista até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CVM;
 - d. na CETIP; e
 - e. na sede do Coordenador Líder.
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando ao Debenturista que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (p) manter atualizado os dados do Debenturista e seu endereço, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e o Debenturista, mediante subscrição e integralização da Debênture, expressamente autoriza, desde já, a CETIP, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário a atenderem quaisquer solicitações feitas

pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade da Debênture;

- (q) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (r) notificar o Debenturista, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.20. acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da data em que tomou ciência do evento a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora ou pela Garantidora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (s) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições da Debênture;
- (t) disponibilizar ao Debenturista e demais participantes do mercado, em sua central de atendimento e/ou website, o cálculo do Valor Nominal Unitário da Debênture, a ser calculado pela Emissora;
- (u) acompanhar com o Banco Liquidante em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão; e
- (v) acompanhar a manutenção dos Índices Financeiros, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora ou à Garantidora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e informar imediatamente o Debenturista de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros.

6.6 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

The bottom of the page contains several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures is a circular stamp with the text "CVM" and "BRASIL" around a central emblem. The page number "42" is printed to the right of the stamp.

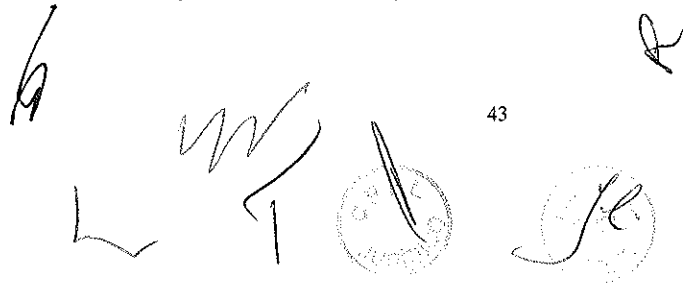
6.7 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da presente Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

6.8 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para o Debenturista e/ou exonerarem terceiros de obrigações para ele, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelo Debenturista em Assembleia Geral de Debenturista.

6.9 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato cuja decisão seja de competência do Debenturista, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por este. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações do Debenturista a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados ao Debenturista ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

6.10 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e/ou a Garantidora para a proteção e defesa dos interesses do Debenturista na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas a Debênture e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora e/ou da Garantidora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos do Debenturista;

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page. There are several signatures in black ink, including a large one on the left and a smaller one on the right. There are also two circular stamps, one of which appears to be a company seal.

(d) representar o Debenturista em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora e/ou da Garantidora; e

(e) executar a Fiança nos termos do item 4.8.9. acima.

6.10.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.8.6. desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (e) do item 6.10 acima, se a Assembleia Geral de Debenturista assim autorizar por Debenturista representando 100% (cem por cento) da Emissão.

6.11 Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturista para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, pelo Debenturista, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não resultará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.11.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e ao Debenturista, pedindo sua substituição.

6.11.2. É facultado ao Debenturista, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da Debênture, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturista especialmente convocada para esse fim.

6.11.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração paga ao Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturista.

6.11.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.11.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 2.2.1. acima.

6.11.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la ao Debenturista em forma de aviso nos termos do item 4.8.12. acima.

6.11.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

7. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTA

7.1 O Debenturista poderá, a qualquer tempo, deliberar em sede de assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, sobre matéria de seu interesse.

7.2 A Assembleia Geral de Debenturista poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelo Debenturista ou pela CVM.

7.3 Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturista, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4 As Assembleias Gerais de Debenturista deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturista em primeira convocação.

7.5 A Assembleia Geral de Debenturista se instalará apenas com a presença do Debenturista, ou de seu representante legal com poderes para representá-lo em assembleias de debenturistas, uma vez que a presente oferta contempla a emissão de apenas uma Debênture.

7.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e da Garantidora nas Assembleias Gerais de Debenturista, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será

obrigatória.

7.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturista e prestar ao Debenturista as informações que lhe forem solicitadas.

7.8 As deliberações tomadas pelo Debenturista, no âmbito de sua competência legal, observados os *quóruns* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora.

7.9 Todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturista dependerão da aprovação do Debenturista, representando 100% (cem por cento) da Emissão.

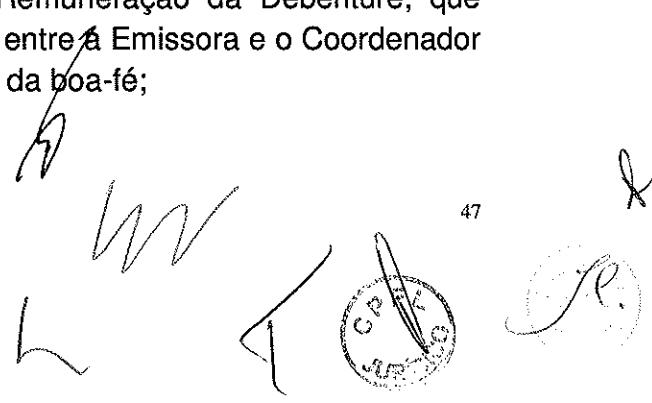
8. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

8.1 A Emissora neste ato declara que:

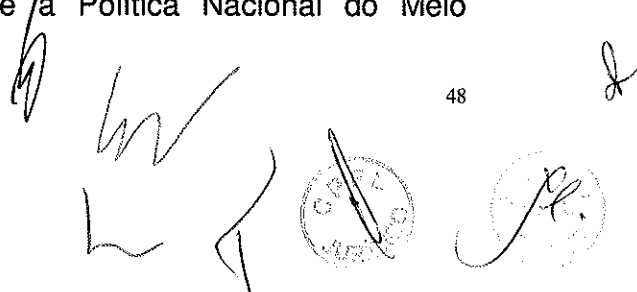
- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão da Debênture e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação da Debênture não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (aa) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (bb) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora,

ou (cc) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (e) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (f) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.6. acima;
- (g) está cumprindo, todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (h) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras ou de outra forma informados por escrito ao Debenturista ou ao Agente Fiduciário, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- (i) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Emissora e à Oferta, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Atualização Monetária e da Remuneração da Debênture, que foram acordadas por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page. There are several handwritten marks, including what appears to be a large 'L' and a signature. There is a circular stamp with the text 'CPFL' and 'S.A.' inside. To the right of the stamp is a handwritten signature. The number '47' is written near the stamp.

- (l) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (m) não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão e para realização da Emissão e da Oferta;
- (n) as informações constantes do Formulário de Referência elaborado pela Emissora nos termos da Instrução CVM 480 e disponível na página da CVM na internet são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (o) o Formulário de Referência (a) contém, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Emissora e suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Emissora e quaisquer outras informações relevantes; e (b) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 480;
- (p) não há outros fatos relevantes em relação à Emissora, às controladas da Emissora, às coligadas da Emissora ou à Debênture não divulgados no Formulário de Referência cuja omissão faça com que qualquer declaração do Formulário de Referência seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente;
- (q) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Formulário de Referência exclusivamente em relação à Emissora, às controladas da Emissora e/ou às coligadas da Emissora foram ou serão dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Oferta e com base em suposições razoáveis;
- (r) o registro de companhia aberta da Emissora está atualizado perante a CVM;
- (s) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente;

The bottom of the page features several handwritten signatures and two circular stamps. The stamps appear to be official seals, possibly from a legal or regulatory body, with some text inside that is partially obscured by the signatures. The signatures are in dark ink and vary in style, including some that are quite stylized.

- (t) está, assim como suas controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um efeito adverso relevante na Emissora;
- (u) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, aplicáveis ao regular exercício de suas atividades; e
- (v) a Portaria do Ministério de Minas e Energia foi devidamente obtida e encontra-se válida e eficaz.

8.2 A Garantidora neste ato declara e garante que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, com registro de companhia aberta e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, na condição de fiadora, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão e para prestação da Fiança;
- (d) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e a assunção por ela das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão bem como a colocação da Debênture não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem, exceto por aqueles já

[Handwritten signatures and initials]



existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (f) as Demonstrações Financeiras da Garantidora, datadas de 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, representam corretamente a posição financeira da Garantidora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Garantidora de forma consolidada;
- (g) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (h) está cumprindo, todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (i) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras ou de outra forma informados por escrito ao Debenturista ou ao Agente Fiduciário, a Garantidora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Garantidora;
- (j) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão e à Oferta, conforme o caso, em relação à Garantidora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes;
- (k) que seja do conhecimento da Garantidora, não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, bem como não há qualquer ligação entre a Garantidora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (l) esta Escritura de Emissão constitui obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas da Garantidora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;

- (m) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes, aplicáveis ao regular exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, inclusive declara e garante que solicitará e manterá válidas todas e quaisquer autorizações de que trata esse item (m), as quais venham a ser futuramente necessárias e exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para exercício exceto por aquelas cuja falta não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento de qualquer de suas atividades; ou obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (n) o registro de companhia aberta da Garantidora está atualizado perante a CVM; e
- (o) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Atualização Monetária e da Remuneração da Debênture, que foram acordadas por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé.

9. DAS NOTIFICAÇÕES

9.1 Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, nº 1.755, KM 2,5 - Jardim Santana - Campinas, SP

CEP: 13088-900

At.: Srs. Tiago da Costa Parreira / Carlos Wilson Silva Ribeiro

Telefone: (19) 3756-8019

Fac-símile: (19) 3756-8839

E-mail: tiagoparreira@cpfl.com.br / cwribeiro@cpfl.com.br

Para a Garantidora:

CPFL ENERGIA S.A.

Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, nº. 1.755, Km 2,5, parte - Jardim Santana- Campinas, SP

CEP: 13088-900

At.: Srs. Tiago da Costa Parreira / Carlos Wilson Silva Ribeiro

Telefone: (19) 3756-8019
Fac-símile: (19) 3756-8839
E-mail: tiagoparreira@cpfl.com.br / cwribeiro@cpfl.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4 – Sala 514
Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Telefone: (21) 3385-4571 / 3385-4584
Fac-símile: (21) 3385-4046
E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara
Cidade de Osasco - SP

At.: Sra. Pérsia Alves Gonçalves de Barros / Marcelo Poli
Telefone: (11) 3684-9444 / (11) 3684-7654
Fac-símile: (11) 3684-2714
E-mail: 4010.persia@bradesco.com.br / 4010.mpoli@bradesco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
São Paulo – SP
CEP: 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2 As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de recebimento de “aviso de entrega e leitura”.

Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou ao Debenturista em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora ou da Garantidora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora ou pela Garantidora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2 A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4 A presente Escritura de Emissão e a Debênture constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5 Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6 Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

10.7 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta

e registro da Fiança, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados à Debênture.

11. FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora, na qualidade de interveniente anuente, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 28 de abril de 2014.

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco.]

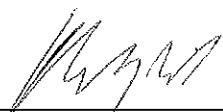


Página de assinaturas 1 de 3 do Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debênture Simples, Não Conversível em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Lote Único e Indivisível, em Série Única, para Distribuição Pública da CPFL Geração de Energia S.A.




CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.



Nome:
Cargo: TIAGO DA COSTA PARREIRA
Gerente de Mercado de Capitais
Matrícula: 6477362

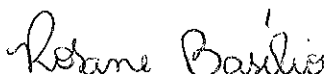


Nome:
Cargo: CARLOS WILSON SILVA RIBEIRO
Diretor de Finanças Corporativas
Matrícula: 6478954

Página de assinaturas 2 de 3 do Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debênture Simples, Não Conversível em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Lote Único e Indivisível, em Série Única, para Distribuição Pública da CPFL Geração de Energia S.A.

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**



Nome:

Rosane da Silva Basilio
Procuradora

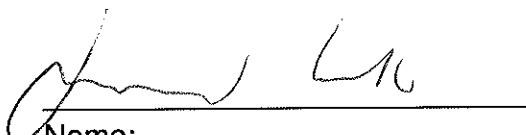
Cargo:

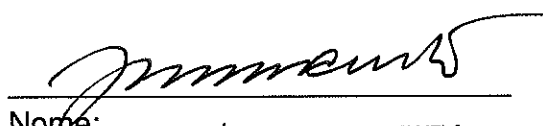
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60



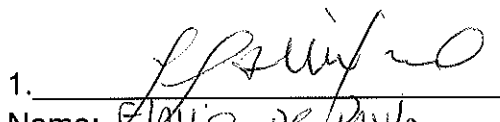
Página de assinaturas 3 de 3 do Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debênture Simples, Não Conversível em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Lote Único e Indivisível, em Série Única, para Distribuição Pública da CPFL Geração de Energia S.A.

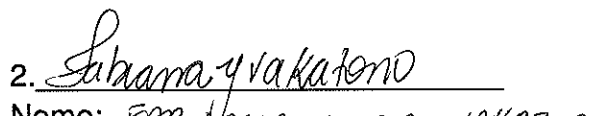
CPFL ENERGIA S.A.



Nome: **Gustavo Estrella**
Cargo: **Diretor Vice-Presidente Financeiro**


Nome: **JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO**
Cargo: **Diretor Vice-Presidente Administrativo**

Testemunhas

1. 
Nome: **FLÁVIO DE PAULO**
CPF: **241.346.128-64**
RG: **32.673.755-8**

2. 
Nome: **FABIANA YUKARI NAKAZONO**
CPF: **324.325.55899**
RG: **43616810-8**







ANEXO I

DESCRIÇÃO DO PROJETO E RESPECTIVOS PROCEDIMENTOS SIMPLIFICADOS

Razão social	CPFL Geração de Energia S.A.
Objetivo do Projeto	Construção de uma nova fonte de suprimento de energia, por meio do seccionamento da Linha de Transmissão Araraquara e Santa Bárbara D'Oeste. A construção desta nova subestação de 440/138 kV – 800 MVA e a implantação de uma linha de transmissão com aproximadamente 6,5 km, interligará a nova subestação ao ponto de seccionamento da linha existente, resultando na expansão da Rede Básica do SIN – Sistema Interligado Nacional, na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo.
Data do início do Projeto	Fevereiro de 2013.
Fase atual do Projeto	Em andamento.
Data estimada para o encerramento do Projeto	Dezembro de 2014.
Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto	R\$95.800.000,00 (noventa e cinco milhões e oitocentos mil reais)
Valor da Debênture que será destinado ao Projeto	R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais).
Alocação dos recursos a serem captados por meio da Debênture	Compras de equipamentos e realização de obras civis.
Percentual dos recursos financeiros necessários ao projeto provenientes da Debênture	Até 73% (setenta e três por cento)